

# ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O   D E   D E B A T E S

## PROTEÇÃO ANIMAL



*Resgatado em 11.mai.2015*



*6 meses depois ...*

**espaço  
democrático**

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD



**Encontros Democráticos** são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

## Ação em defesa dos animais ganha nova dimensão no País

O PSD já tem história na defesa dos animais e deve reforçar sua atuação por essa causa. Essa foi a proposta lançada no 11º debate da série “Encontros Democráticos” pelo deputado federal **Ricardo Izar** (PSD-SP), presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos Animais e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-tratos e Defesa dos Animais. O evento foi realizado em agosto de 2015 e teve a participação de ativistas da causa animal, de lideranças do PSD e do prefeito de Cafelândia (SP), **Luís Otávio Carvalho**. O debate foi conduzido pelo jornalista **Sérgio Rondino**, colaborador do Espaço Democrático.

De acordo com Izar, esse tema vem ganhando relevância cada vez maior na sociedade, o que tornou o Congresso Nacional muito mais receptivo às propostas que tratam da questão: “Esse não é mais um tema secundário no Congresso, já se percebeu a sua importância junto à sociedade”.

Em sua palestra no Encontro Democrático, evento promovido pelo Espaço Democrático com o objetivo de debater e propor soluções para questões de interesse do desenvolvimento do País, o deputado Ricardo Izar lembrou que a causa da defesa dos animais ultrapassa em muito o aspecto afetivo e da solidariedade, pois tem repercussões em áreas como a saúde pública, a gestão municipal e até na atividade econômica, já que indústria, serviços e comércio voltados para o mercado pet (de animais de estimação) têm participação crescente no Produto Interno Bruto.

Esta edição dos **Cadernos Democráticos** traz a íntegra das discussões realizadas naquele evento, traçando um amplo retrato da questão da proteção animal no Brasil.

Boa leitura!



**SÉRGIO RONDINO:** Estamos iniciando o 11º Encontro Democrático, série de eventos em que a Fundação Espaço Democrático abre espaço para a discussão de temas da realidade brasileira, principalmente aqueles que são importantes para a vida nos municípios. A ideia é que tudo o que se debate aqui seja útil a quem disputará cargos eletivos ou já esteja

no exercício de cargos em uma administração municipal. Gente do PSD que pode, no futuro, utilizar todo o conhecimento que foi gerado aqui.

Hoje está conosco o deputado federal Ricardo Izar, que é o presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos Animais. Ele vai fazer uma palestra a respeito do tema, que é muito amplo.



“**Esse é um tema importante. Não é um tema secundário, como muita gente fala. Lá na região de Bauru, por exemplo, há muitos casos de leishmaniose. Leishmaniose mata gente, também.**”

**RICARDO IZAR:** Eu gostaria de começar contando como fui parar nisso, por quê, o que venho fazendo nesses anos de mandato e a necessidade que os municípios vêm tendo, principalmente de recursos. Quando eu me elegi deputado federal, em 2011, minha filha, um dia, perguntou: “Pai, o que um deputado federal faz?”. Eu respondi: “A gente faz leis para melhorar a vida das pessoas”. Ela tinha seis anos. Na sua inocência, voltou depois de uns dez minutos e perguntou de novo: “Mas se vocês cuidam das pessoas, quem é que cuida dos animais?”. Era um pergunta simples, mas profunda.

E reparei que lá Congresso Nacional a gente tinha alguns projetos de lei parados nas comissões. E começamos a criar uma frente parlamentar em torno de um tema. Na época eu tinha criado a Frente Parlamentar em Defesa da Habitação, para a qual em 15 dias recolhi 350 assinaturas. Para criar a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos dos Animais começamos a trabalhar em fevereiro e só conseguimos atingir as 212 assinaturas em outubro. Naquela época, quando você pedia a assinatura de um deputado, o pessoal ria. Achava que era um assunto secundário. Só que isso mudou em 2012, quando ocorreu um movimento que levou a sociedade civil às ruas. Foram mais de 400 mil pessoas em diversas capitais do Brasil pedindo o fim da crueldade contra os animais. O aumento das penas para os maus tratos. E na semana seguinte todos os deputados que não quiseram assinar o documento da criação da frente me procuraram, no meu gabinete, e pediram para assinar. Isso é um sinal de que lá dentro ainda se ouve a voz da sociedade.

Esse é um tema importante. Não é um tema secundário, como muita gente fala. Lá na região de Bauru, por exemplo, há muitos casos de leishmaniose. Leishmaniose mata gente, também. E são necessárias políticas públicas para controlar isso.



**“...costumo dizer que um país, para ser desenvolvido, precisa passar por uma evolução, e essa evolução vai pelo respeito ao próximo. Independentemente de cor, raça, credo e espécie.”**

Um casal de cachorros na rua gera, em dez anos, dez mil descendentes. Se não fizermos uma política pública de castração, de combate à zoonose, vai ter um problema muito grande, muito sério, lá na frente. Aquela região tem casos de mortes por leishmaniose. Então, quando falamos de direitos dos animais, estamos falando também de saúde humana. Tem gente que fala: “Mas poxa, você só está preocupado em cuidar de cachorros, mas não está preocupado em cuidar de humanos?”. Não. Estamos cuidando dos dois. Dos animais porque merecem ter os seus direitos - costume dizer que um país, para ser desenvolvido, precisa passar por uma evolução, e essa evolução vai pelo respeito ao próximo. Independentemente de cor, raça, credo e espécie.

É importante que a gente saiba que os direitos dos animais devem ser preservados. E na nossa Constituição está claro que é dever do Estado preservar a sua fauna. Só que não existem políticas públicas. O Brasil é carente em tudo que diz respeito a políticas públicas para animais. Temos um Código Penal que não tipifica o que são maus tratos aos animais.

As penas são brandas. Temos um Código Civil que trata o animal como coisa, mas ele sente, sofre, tem dor, tristeza, alegria. Ele merece ser tratado como um sujeito que tem direitos, não ser tratado como coisa. Não temos políticas públicas de castração. Se eu quero mandar uma emenda para Cafelândia, recursos para o prefeito fazer castração, não tenho rubrica no orçamento da União que permita. Só que o Ministério Público está batendo na porta da Prefeitura todo dia, falando: “Prefeito, você tem que fazer castração dos animais”. E ele não tem recursos no orçamento municipal. A gente vem lutando pela criação dessa rubrica há muito tempo. Conseguimos, recentemente, incluir no Orçamento da União a rubrica para destinar para os municípios a aquisição de equipamentos veterinários, o que já é um começo. Inclui a reforma e ampliação dos centros de zoonoses, possibilidade que também não existia.

Estamos tentando atender algumas necessidades das prefeituras, mas ainda não é o suficiente. Não conseguimos uma verba para um hospital veterinário, como o prefeito Gilberto Kassab fez aqui em São Paulo, na época da gestão dele. Foi o primeiro hospital veterinário público, gratuito, do Brasil. Isso tinha que existir em mais lugares. As pessoas, principalmente as mais carentes, que tratam o animal como um ente da família, merecem ter o atendimento. Essas pessoas querem que o animal tenha o mesmo atendimento que ela teria. O Ministério da Agricultura cuida dos animais de produção no Brasil. O Ministério do Meio Ambiente cuida dos animais silvestres. Mas quem cuida dos animais domésticos e domesticados do Brasil? Não tem um ministério responsável. A gente vem brigando para o Ministério da Saúde assumir por causa da questão das zoonoses. Mas não assume. Fica aquele jogo de empurra-empurra. Um Ministério joga para outro. Enquanto isso, os prefeitos ficam desesperados cobrando da gente: “Ah, você fala tanto em

proteger os animais, então me arruma recurso”. Mas onde eu vou arrumar recurso? Não tem.

Uma sugestão que eu quero deixar para o PSD é que nos planos de governo dos nossos municípios constasse a questão da proteção animal, da castração, do combate às zoonoses. Leishmaniose, no Brasil, mata mais do que dengue. E não existem investimentos em campanhas educacionais, preventivas, encoleramento de animais. A microchipagem para incentivar a posse responsável é importante. A pessoa vê o cachorro pequeninho, leva para casa, a filha fica feliz. Aí ele começa a fazer xixi no tapete, cocô na cama da mulher, cresce um pouquinho e é abandonado na rua. As pessoas tem que ser responsabilizadas. Abandono é crime. E a gente controla isso como? Por meio da microchipagem. Também temos que incentivar as campanhas de adoção. Sem elas, de que adianta o Luís Otávio (Carvalho, prefeito) fazer lá em Cafelândia centro de controle de zoonoses? Recolhe o animal, coloca no centro de zoonoses. Vai fazer daquilo um lugar de acumulação de animais? Não. Tem que fazer as feiras de adoção, arrumar um novo lar e entregar um animal castrado para que ele não vá se multiplicando.

Temos recebido denúncias de maus tratos o tempo inteiro. E desde 2011 a gente vem tentando criar uma CPI para apurar os maus tratos. Para abrir uma CPI precisamos de fatos determinantes. E usamos como fatos determinantes nove casos que causaram polêmica no Brasil. O de Santa Cruz do Arari (no Pará), onde o prefeito pagava R\$ 5 por qualquer cachorro entregue, vivo ou morto. O do promotor público (Silvio Brito) de Apodi (Rio Grande do Norte), que conseguimos até afastar do cargo, que queria matar jumentos para servirem de alimentos no presídio - havia superpopulação dos animais. Não se faz controle populacional dessa maneira. Se faz com remanejamento do animal, com castração. Tem outras formas. Outro episódio foi o dos dromedários de Natal (a exploração dos animais para



o turismo em Genipabu). Houve o caso do Instituto Royal, que todo mundo acompanhou, da invasão no instituto para resgate dos beagles. De lá, conseguimos votar um projeto de minha autoria, o 6602, que acaba com o teste em animais no desenvolvimento de produtos cosméticos. Então, houve um avanço muito grande na causa. Temos pesquisas que mostram que 17% da população se interessam muito por esse assunto e o colocam entre os três prioritários. Para o partido, é importante ter a bandeira do animal. Qual partido, hoje, defende os direitos dos animais? Nenhum. Nem o PV, de onde eu vim. O PV não tinha essa bandeira. Na hora de aprovar a CPI, tivemos dificuldades até com pessoas do PV. Diziam que era algo secundário. Eu acho que a gente deveria ser o primeiro partido do Brasil a abraçar essa bandeira. Estaremos atendendo a um anseio de 17% da população. Vocês verão como é gostosa essa bandeira.

Na CPI, estamos tratando dos nove temas especificamente. Temos 120 dias para concluir os trabalhos. Foi uma luta árdua conseguir criar. Ganhei a presidência e agora não vamos sossegar enquanto não punirmos os culpados que estão sendo investigados. Mas queremos fazer uma CPI propositiva, que apresente projetos de lei para serem aprovados. Em uma reunião

com o Eduardo Cunha, presidente da casa, na semana passada, ele se comprometeu a colocar em votação dois projetos muito importantes para as prefeituras. O primeiro é o 1376, que está na Câmara desde 2003, do Afonso Camargo. Institui políticas públicas de castração cirúrgica para os municípios. Vai ficar destinado no Orçamento da União um repasse para os municípios fazerem a castração de animais. E o segundo projeto é o 3490, que proíbe a eliminação de cães e gatos saudáveis nos centros de zoonoses. Porque os centros de zoonoses, hoje, são centros de extermínio. O animal entra lá e sai morto. Não fazem feira de adoção. Visitamos o Centro de Zoonoses de São Paulo e verificamos que desde janeiro do ano passado não é feita uma feira de adoção. Para onde vão os animais que entram lá? Saem mortos, mesmo sendo saudáveis. Está errado. E temos o compromisso de, até o final do ano, votar esses dois projetos de lei, o que vai ser um ganho para a causa. Porque nunca, no Congresso Nacional, foi tratado o tema dos direitos dos animais. Começou a ser olhado com carinho e com respeito agora. Então, temos que aproveitar a oportunidade, empurrar projetos e fazer votar.

**SÉRGIO RONDINO:** A palavra está aberta a todos.



**FÁTIMA PRUDENTE (FAOS):** É um privilégio que exista um partido com essa preocupação. É um privilégio ter o senhor abrindo esse espaço. A maioria das pessoas acha mesmo que é um assunto secundário, e não é. Quando se pega pelo lado humano, tem essa questão das doenças e dos maus tratos, mas acho que há uma outra coisa muito grave: é como se nos despíssemos da nossa humanidade. O humano tem o sinônimo de bondoso. A gente diz: "Ah, fulano é tão humano". Quando deixamos os maus-tratos institucionalizados, como é o caso dos centros de zoonoses, que fazem essas barbaridades, estamos tirando o melhor que um humano tem. Quando aceitamos os testes em animais, estamos tirando da criança e do jovem a humanidade deles. Como vamos mudar a sociedade desse jeito? Olhando por outro lado, vemos que hoje 0,34% do PIB vem dos gastos com animais de estimação. Isso está acima de geladeiras, de eletroeletrônicos. A sociedade está dando uma importância muito grande.

É um privilégio falar em nome de um punhado de ONGs e associações. Infelizmente, a gente ainda tem muitas associações que não são formalizadas, mas a FAOS é uma instituição forte e estamos trabalhando no Brasil inteiro. Estamos em um momento histórico,

divisor de águas. Quer escrever seu nome na História? É o momento. Todos os caminhos estão abertos. Podemos deixar uma marca profunda e transformadora na sociedade.



**LUÍS OTÁVIO CARVALHO (prefeito de Cafelândia):** As prefeituras passam por grandes dificuldades, como muito bem colocou o deputado Ricardo Izar. Muitas vezes o município não tem recursos para que determinadas atribuições sejam implantadas. No meu caso, sobre essa questão do centro de zoonoses, da colocação de chips nos animais e das castrações, assinamos um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público para pôr isso para funcionar até o final do ano. Porém, não temos recursos. Compramos um aparelho para a instalação do chip. Temos um espaço para poder construir o nosso centro de zoonoses, mas com muita dificuldade. E o que acontece em Cafelândia certamente acontece na maioria dos municípios. Particularmente, conheço uma pessoa do meu relacionamento que faleceu por leishmaniose. É uma doença muito grave. E é muito interessante perceber a sensibilidade do deputado Ricardo Izar com esses temas, que são relevantes para toda a população.

Eu gostaria de falar também de uma outra coisa. Cafelândia, que foi o maior polo produtor de café do mundo nos tempos áureos, perdeu sua identidade econômica ao longo de várias décadas. E nosso município ficou tentando encontrar um caminho para seu desenvolvimento econômico - geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida da população. Quando fizemos a campanha eleitoral, pudemos perceber que Cafelândia tinha potencial no setor de acessórios para animais domésticos. Não só cães, gatos, mas passarinhos e outros tipos de animais. Detectamos 30 empresas no setor pet em uma cidade pequena, de 20 mil habitantes, um bairrozinho aqui de São Paulo. Na campanha eleitoral a gente caminha pelas casas, visita as pessoas, e vimos essas pequenas empresas instaladas nos fundos das casas, num pequeno barracão, com 10, 15 meninas trabalhando, fazendo coleirinha de cachorro, casinha de cachorro e gato. E resolvemos abraçar essa causa e começamos a organizar esse setor no município. A primeira coisa que fizemos: inovamos, trazendo essas empresas para as feiras de negócios aqui em São Paulo. Porque as empresas pequenas não tinham condições financeiras para estar aqui, por exemplo, na Pet South America, que é a maior feira do setor na América do Sul. E a Prefeitura passou a bancar, trazer essas pequenas empresas para participar de feiras de negócios, para conhecer o mercado e poder avançar e crescer, gerar emprego e renda no município.

Nós fizemos isso durante três anos e lançamos o nosso projeto, que é o polo pet industrial. E as coisas foram caminhando. Agora, há dez dias, tivemos a consolidação do nosso projeto quando tive a oportunidade de levar o governador (de São Paulo, *Geraldo Alckmin*) até lá numa sexta-feira, oito horas da noite. Ele parou na rodovia conosco e ficou lá meia-hora no escuro, conhecendo e debatendo o projeto, e autorizou os recursos para a construção do nosso polo industrial pet,

que ficará às margens da rodovia Marechal Rondon, no trevo de Cafelândia. Vai ser uma grande vitrine para todo o setor. Até o final desse ano inauguraremos o nosso polo pet, que também tem uma incubadora de empresas, centro tecnológico para poder ajudar esses pequenos a se tornarem um pouco maiores no futuro e consequentemente gerar emprego na cidade de uma forma diversificada. Nós não seremos dependentes de uma única empresa. Isso é algo muito importante porque não faz da cidade refém de uma única empresa. O deputado Ricardo Izar também tem nos ajudado nisso. Esse projeto pioneiro já foi reconhecido pelo Governo do Estado e pelo Federal como o 15º arranjo produtivo local, que é uma identidade econômica do município, como é Jaú do calçado feminino, Birigui do calçado infantil. Cafelândia é reconhecida nacionalmente como polo industrial pet e esperamos crescer muito.



**RICARDO PATAH:** Eu tenho um assessor que muitos de vocês conhecem, o ex-ministro do Trabalho (Rogério) Magri, que é lembrado por duas passagens. Uma delas é o uso da palavra imexível, que acabou entrando até no dicionário. E a outra quando ele pegou um carro oficial para transportar um cachorro dele. Quando foi cobrado, disse: "Cachorro também é gente". Ele falou

com o coração, mas isso ficou marcado.

Eu acho que do ponto de vista da valorização efetiva do partido, e o Ricardo tem feito um trabalho excepcional neste aspecto, nós devemos adotar a proteção dos animais como uma grande bandeira, inclusive pelos candidatos que vão disputar as próximas eleições. Essa tem que ser uma bandeira do PSD. O Ricardo disse que encontrou no PSD a possibilidade efetiva de ampliar este trabalho, o que ele não tinha em outro partido. E no PSD ele encontrou campo fértil para isso. Acho que devemos aproveitar sua fala para fazer com que os nossos candidatos ergam esta bandeira.

E falando pelo lado dos trabalhadores, como representante da UGT, eu sou comerciante e dentro do nosso sindicato temos a representação dos trabalhadores do setor pet. Aqui em São Paulo, por exemplo, tem a Cobasi, que é uma das maiores empresas do setor. E todos os funcionários da Cobasi são representados por nós.

A questão mais importante é a valorização do animal, que como você disse tem sentimento, emoção, vida. E o que tem vida nós temos que tratar com respostas adequadas, não podemos em hipótese alguma permitir maus-tratos. E precisamos dar aos municípios condições de efetivamente tratarem dos animais, caso contrário eles vão trazer muitos problemas. Do ponto de vista econômico, há o grande potencial para geração de empregos. Vejam Cafelândia, que se desenvolveu a partir do café, e que hoje tem como uma de suas principais atividades econômicas o setor pet. Nós temos que ter esta capacidade. E você, deputado, pode com certeza nos ajudar muito, resgatando o projeto que permite as emendas parlamentares para os municípios cuidarem da saúde animal. Para encerrar, insisto em que o partido deve fazer uma divulgação massiva da causa e colocar isso como uma bandeira importante.

**SÉRGIO RONDINO:** A ideia de adotar a questão da proteção animal como bandeira do partido nas campanhas é extremamente importante, até porque, como o Ricardo citou aqui, uma ideia original foi a criação, pela gestão do prefeito Gilberto Kassab, do primeiro hospital veterinário público do Brasil. Algumas pessoas podem achar que a proteção animal é coisa da 'elite branca', mas na verdade é questão de saúde pública, porque a população de baixa renda também tem animais de estimação que precisam dessa proteção.

**RICARDO IZAR:** Todo mundo vende a ideia de que foi o criador do hospital veterinário. Tem deputado que vende essa ideia. Tem vereador que vende. O pessoal do PV. E a gente não explora que quem criou o hospital veterinário foi a gestão do prefeito Gilberto Kassab, que arrumou recursos para o hospital veterinário.



**ALDA MARCO ANTONIO:** Fiquei encantada com sua fala, me lembrei das coisas da minha infância. Porque na minha infância uma coisa recorrente eram as campanhas de vacinação contra a raiva. E o maior pavor das pessoas era ser mordido por um cachorro doido e pegar raiva. Porque morria. E morria com uma

dor terrível. Era muito difícil enfrentar a doença. E isso mostra a importância do seu trabalho. E querido prefeito Luís Otávio, enquanto você falava eu me lembrava das aulas do Henrique Meirelles. Quando você faz algo novo, quando você passa a produzir algo novo, está criando produtividade. A sua cidade se reinventou e com certeza está colhendo os frutos. Com os impostos, com a alegria das pessoas, porque quem trabalha, quem produz, quem recebe, quem faz para si e para sua família, abre um caminho para a felicidade. Então, imagino que a sua cidade está muito mais feliz. Parabéns a você, ao seu vice, a todas as pessoas empenhadas nesse processo maravilhoso de transformar a cidade num polo de produção de produtos para pets.

Meu companheiro da UGT colocou algo superimportante: o bem-estar dos trabalhadores da área. Olha, Patah, que maravilha. É uma novidade que você colocou na nossa discussão e eu fico orgulhosa de que tudo esteja sendo feito pelo nosso PSD. Essa é a grande diferença de estar num partido novo, que permite que a gente colabore. Todos, aqui, eu acho, já pertencemos a outros partidos. Só que nós entramos em partidos prontos e a gente obedecia. Aqui no PSD, porque ele é novo, precisa da colaboração de todos os seus membros. A grande vantagem de pertencer ao PSD é que nós estamos fazendo a história dele. Estamos construindo também porque o nosso presidente é muito democrático.

É de justiça dizer sempre que o primeiro hospital público de animais foi idealizado e feito na cidade de São Paulo por Gilberto Kassab. É obra dele. Então, é uma justiça que a gente tem que fazer sempre. Porque ele é tão democrático, tão aberto, que nós estamos aqui construindo a história do partido, mas também ajudando a construir a história do Brasil. Eu acho que a gente vai dar um passo importante hoje. Nós vamos agregar mais pessoas nesta bandeira de proteção dos

animais porque temos que reconhecer: uma das coisas bonitas que a humanidade fez foi domesticar um animal selvagem, mas muito selvagem. Cachorro era lobo. E o ser humano trouxe para o seu convívio e domesticou um animal que era selvagem. Isso é um grande feito. Eu conheci uma veterinária que dizia, e acabei concordando com ela: "Cachorro é gente! Só tem o couro de cachorro, mas dentro tem uma pessoa".

**SÉRGIO RONDINO:** A defesa dos animais também faz parte da experiência, das bandeiras do grupo Meninonas. Eu gostaria que a Meire Ribeiro nos contasse um pouco dessa experiência.



**MEIRE RIBEIRO (Ong Meninonas):** Nós agradecemos a oportunidade de estar hoje aqui como sociedade civil porque somos apenas um grupo de mulheres voluntárias da região Oeste da Grande São Paulo. Parte de nosso trabalho é de proteção aos animais e veio pela Kátia Ramos, nossa diretora, que é protetora independente na região. Outro dia, por exemplo, fomos a Pirapora do Bom Jesus e no caminho, na estrada dos romeiros, paramos no posto para pôr gasolina e dois cachorros vinham passando. Ela foi lá saber. O posto cuidava dos animais, mas ela abriu o porta-malas e deu cobertor, caminha. Mas avisou: "Olha, é para esses cachorros. Amanhã eu vou

voltar aqui para ver se eles estão usando". E conta com os profissionais da região para ajudá-la na castração, no cuidado, para depois colocar para adoção. No ano passado realizamos o primeiro *pet fest*. E agora em setembro vamos realizar o segundo. O evento tem uma feira de adoção. Este ano estamos ajudando duas ongs. O ingresso é um pacote de ração, que é o recurso que nós vamos recolher para dar para as ongs.

E nós viemos aqui aprender. Aprender para fazer mais. Essa é a nossa intenção. Não adianta reclamar. Cada um tem que fazer a sua parte. O grupo começou com 80 mulheres e hoje tem quase 400. A Kátia é uma obcecada. Ela conseguiu, no ano passado, bloquear, por meio de liminar, o rodeio de Santana de Parnaíba. E é por ela que eu estou aqui para conhecer o deputado e o seu trabalho e para colocar a nossa bandeira junto com a sua para evitar os maus-tratos aos animais.

**SÉRGIO RONDINO:** Agora a Kátia Ramos pode nos falar de sua experiência.



**KÁTIA RAMOS:** Eu amo os animais incondicionalmente. Deixo de fazer qualquer coisa na minha vida por eles. A minha vida são eles. Fico muito feliz por ver o senhor abraçar essa bandeira. Eu esperava muito por isso: algum político tomar a frente da defesa

dos animais. Eu sou protetora independente. Não participo de ong. Eu ajudo as ongs como posso. Resgato animais sempre. E qual é a minha dificuldade? É ter um hospital veterinário para ajudar as pessoas que amam, mas que às vezes não têm condições. Isso é muito importante. O poder público dar suporte para os animais. Acho que os hospitais, a conscientização em escolas, as castrações, tudo é muito importante para a população.

**RENATA RONDINO:** O que se pode fazer para coibir ou combater as fábricas de filhotes? Para quem não sabe, a fábrica de filhotes é o famoso fundo de quintal. Os animais passam a vida enjaulados, não se movimentam, não são tratados. Apenas procriam e é uma crueldade que não tem descrição. É uma coisa muito comum, praticamente tudo o que se tem em termos de animais vendidos em lojas, petshops e internet vem daí.

**RICARDO IZAR:** Infelizmente, no Brasil, a gente tem a cultura da compra de animais, não a cultura da adoção de animais. Acho que a primeira coisa que a gente precisa fazer é criar programas educacionais incentivando a adoção e não a compra de animais. A segunda coisa é o que nós vamos fazer na CPI. Estamos averiguando alguns pontos, principalmente aqui em São Paulo, de venda ilegal de animais. Vão ser alvo da investigação da CPI. Porque existe o criador oficial, aquele que é registrado, e os que fazem isso sem nenhum respeito ao animal. O Brasil é hoje o terceiro maior mercado de movimentação financeira do tráfico de animais silvestres. Esse é um tema que a CPI vai olhar com atenção. O Brasil não pode ser conhecido pelo tráfico de drogas, tráfico de armas e tráfico de animais silvestres. Outra coisa que está mudando é que o Brasil é conhecido mundialmente

como o maior produtor de filmes pornográficos com cenas de zoofilia. Porque aqui zoofilia não é crime. Há um projeto de minha autoria que criminaliza a zoofilia. E um projeto que já passou na Câmara e foi para o Senado, que proíbe a comercialização, produção e veiculação de filmes pornográficos com animais. O Brasil é conhecido por tudo o que há de pior em relação aos direitos dos animais. E tem que ser o contrário. É por isso que estávamos lutando para mudar o Código Civil, para sermos o quarto país a ter essa mudança da natureza jurídica do animal, para pelo menos em alguma coisa a gente estar na frente nos direitos animais.



**RUBENS FIGUEIREDO:** Eu acho que está havendo uma mudança cultural muito profunda na sociedade nessa questão dos animais. O cuidado com a natureza, com os animais. Essa mudança cultural se reflete na ação do parlamento e nessa sua iniciativa de melhorar as leis brasileiras sobre os animais. Mas eu vou partir para uma questão que deixará o debate mais acalorado. Eu faço pesquisa de opinião, e um dos tipos de pesquisa é a de grupos de discussão, nos quais as pessoas se reúnem para falar coisas referentes ao município. Quando surgiu essa história do hospital veterinário, várias pessoas

levantaram a seguinte questão: “Nossa, nem remédios para cuidar das crianças temos, como é que nós vamos fazer hospital para animais?”. E eu acho que essa questão está presente na sociedade ao lado da conscientização cada vez maior do cuidado com os animais.

A segunda questão é sobre o hiperativismo. O que aconteceu no Instituto Royal foi uma reação exagerada e ilegal do ponto de vista jurídico, de invasão de um instituto que, até onde se sabe, estava legalmente instalado, fazendo suas pesquisas. Eu queria perguntar se o hiperativismo às vezes não atrapalha o trabalho de vocês na Câmara.

**RICARDO IZAR:** O hiperativismo atrapalha. Porque na Câmara dos Deputados a gente precisa fazer negociações. Às vezes queremos aprovar um projeto que seria o ideal, mas não conseguimos porque há grupos com outros interesses. Diretamente, onde a gente bate muito é na bancada ruralista. Vamos falar de rodeio e vaquejada, por exemplo. Não consigo passar um projeto que fale de rodeio e vaquejada. A própria CPI dos animais. Quando fizemos através de um projeto de resolução, na reunião de líderes ficou acordado que seria votada a CPI, mas não se poria na pauta rodeios e vaquejadas. Se não fosse assim, não abriria a CPI. Então, tem que fazer os acordos. Só que quem está do lado de fora, o ativista, acha que não. “Olha, ele já cedeu. Ele se vendeu para o interesse das vaquejadas”. Atrapalha em alguns pontos, mas em outros ajuda muito. Por exemplo, no caso do Instituto Royal, ajudou muito porque o movimento que eles fizeram lá gerou mídia. Gerando mídia, gerou debate. Gerando debate, já tinha um projeto de lei que é de minha autoria que estava tramitando na casa.

Uma ativista famosa, que é a Luísa Mel, postou

na página dela: “Vamos pressionar o Henrique Alves para votar o projeto que acaba com os testes em animais”. Ele recebeu 18 mil e-mails naquela semana. Ele me chamou e falou: “Izar, o que é esse projeto teu?”. Eu mostrei e ele disse: “Vamos pôr para votar porque eu não quero mais ser xingado”.

Quanto à primeira pergunta, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Você pode ser um deputado ou um prefeito que olhe para os dois lados. Você pode olhar para a saúde humana, pode olhar para a saúde animal. Todo mundo aqui consegue fazer mais do que uma coisa ao mesmo tempo. Vamos olhar para os animais, vamos olhar para as pessoas, vamos olhar para o transporte. Hoje, qual é o maior problema do Brasil? É a corrupção. Onde tem erário, tem alguém para meter a mão. Quanto é desviado? Se todo esse dinheiro fosse voltado para saúde, educação, habitação e transporte, ia sobrar um monte para a gente pôr nos animais. Então, o que está errado não é olhar os animais. Quando a gente faz campanha educacional de leishmaniose, de castração, de posse responsável, está economizando dinheiro na saúde humana. Tem dados da Organização Mundial da Saúde que mostram que cada real investido no controle populacional de animais e no combate às zoonoses representa economia de 27 reais em saúde humana. É mais caro matar um animal no centro de zoonoses do que castrar. E há exemplos de cidades como Porto Alegre, que fez campanha maciça de castração, onde hoje a população canina é decrescente. Tem que ficar bem claro que uma coisa não impede a outra. Pelo contrário, se complementam.

**FÁTIMA PRUDENTE:** Essa tendência de ver o mundo como um todo, acho que é muito importante. A gente sabe que a nossa vida depende da vida do

outro, da vida do planeta, dessa generosidade. Sobre o Instituto Royal, como ativista, não posso ficar aqui quietinha. Eu vi uma advogada americana que esteve no Brasil recentemente - ela é de uma ong só de médicos que lutam pelo fim de testes animais lá nos EUA. Ela parabenizou a invasão. Todas as pessoas que tenho ouvido falar, pessoas de gabarito, juristas, falam da importância da invasão do Instituto Royal. Ali houve tentativas de conversa, muitas coisas que não foram mostradas. Mas graças a isso uma mudança de paradigma aconteceu. Aquilo foi um marco, então eu acho que foi muito bacana, sim.

**SÉRGIO RONDINO:** Eu quero provocar um pouquinho, também. A proibição dos testes em animais: como a ciência pode evoluir se não puder fazer testes? Como faz?

**RICARDO IZAR:** Hoje existe o que a gente chama de testes alternativos e testes substitutivos. Alternativos são aqueles em que a gente reduz o número de animais utilizados. Em vez de se usar 400 coelhos, você usa 20. Teste substitutivo é aquele em que você substitui totalmente o animal. Não usa o coelho para pingar o colírio, mas algo que se parece com o glóbulo ocular. Eu não entendo, porque não sou biólogo nem cientista, mas essa é a diferença entre o alternativo e o substitutivo. Na questão dos cosméticos, por exemplo, para o Brasil, esse projeto que está no Senado e que deve ser aprovado em breve, vai ser um ganho não só na questão moral, porque a gente vai deixar de usar os animais no teste de desenvolvimento de produtos de cosméticos. Outro projeto é de materiais de limpeza. E tem outro de higiene. Além da questão moral, nós vamos ganhar mercadologicamente e financeiramente. Economicamente o Brasil crescerá. Por quê?

Porque a comunidade europeia, hoje, não compra produtos que foram testados em animais de outros países. O Brasil, que hoje não exporta para a Europa os seus cosméticos, vai poder exportar. Estima-se que isso possa gerar em torno de 150 milhões de euros por ano. É um ganho. Na questão dos fármacos há uma polêmica muito maior. Tanto que não existe um projeto de lei no Congresso Nacional que trate dessa questão dos medicamentos. Nós temos, no Brasil, que investir em orçamento para o nosso Ministério de Ciência e Tecnologia, no desenvolvimento de novas tecnologias para testes substitutivos e alternativos.

No ano passado o Brasil investiu 250 mil reais em desenvolvimento de novas técnicas, enquanto na Europa o país que menos investe coloca 30 milhões de euros. Eu até fiz uma emenda no Orçamento da União para destinar R\$ 36 milhões de reais para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Vai ser bom para o Brasil investir nos nossos cientistas, que tem a vontade de criar os testes substitutivos mas não tem recursos.

**SÉRGIO RONDINO:** Cris e Carol, da ong Focinhos.



**CAROLINE:** Nós somos da Focinhos de Taboão da Serra. Somos voluntárias do centro de controle de zoonoses. Estamos enfrentado algumas dificuldades. Acreditamos que a castração em massa é o ponto para

acabar com esses animais errantes que procriam. Castração a um preço reduzido em várias clínicas, porque uma pessoa que ganha R\$ 1 mil não vai pagar R\$ 300, R\$ 400 numa castração. Ou ela come e paga o aluguel ou castra seu animal. Acreditamos que a educação para a guarda responsável nas escolas tem que ser dada duas vezes ao ano, para que a criança eduque seus pais sobre como cuidar de um animal. Somos protetoras independentes e temos a parceria com uma veterinária que nos ajuda. No momento, o centro de zoonoses de Taboão da Serra está sem veterinários e temos dificuldades até com anestésicos e fios de sutura. Castramos animais fora para não perder a adoção. Fazemos cirurgias fora para tratar o animal que quebrou uma perna, porque não é caso de eutanásia. Eutanásia tem que ser em casos como de leishmaniose adiantada, realmente comprovada. Fora isso, temos que apontar que às vezes o centro de zoonoses leva o animal a uma morte lenta, ou porque dá uma ração muito ruim ou porque o animal fica agonizando duas semanas sem atendimento veterinário. Eu não sei o que é pior. Se é a eutanásia ou a morte lenta.

**SÉRGIO RONDINO:** Você se referiu ao centro de zoonoses. O deputado disse aqui que os centros têm que ser de zoonoses, não de extermínio. A propósito disso, ele nos trouxe um pequeno filme.

**RICARDO IZAR:** Esse filme foi mostrado na abertura da CPI. Mostra bem a realidade dos centros de zoonoses. Antes quero comentar um ponto. As ongs de proteção animal pagam tributos. Pagam tudo o que paga uma empresa. E elas não têm incentivo dos governos municipais, estaduais e federal em questão de tributação. Então, além de fazerem uma coisa que é dever do estado, tem que pagar os tributos. Temos um projeto, uma PEC tramitando no Con-

gresso, que é para eliminar esses tributos, mas está difícil votar.

*(Filme)*

**SÉRGIO RONDINO:** Deputado, ainda sobre a CPI, assim que ela chegar ao relatório final, vai enviá-lo ao Ministério Público como recomendação, não é?

**RICARDO IZAR:** O que a gente quer é investigar os nove casos que são os fatos determinantes para a CPI. Porque regimentalmente a gente não pode abrir o foco da CPI, temos que atender os nove. O caso dos jumentos, por exemplo. Onde o promotor matava? Isso leva aos frigoríficos clandestinos. De muares, de equinos. Então, quero ver se a gente coloca também a questão dos abatedores clandestinos. A questão dos dromedários, a exploração dos animais exóticos. Isso já leva às denúncias dos zoológicos, dos circos e assim por diante. Fizemos um tema diferente do outro para poder tentar abrir o leque da investigação. Agora, 120 dias não dá para acabar, investigar tudo. Mas dá para fazer um relatório propositivo. Olha, contra o tráfico de animais silvestres precisamos votar esses projetos. E esses projetos, por virem de uma CPI, ganham regime de urgência. Eles tramitam mais rápido dentro da casa.

Eu queria dizer o que o PSD tem de vantagem. O PSD foi o primeiro partido que fez o hospital veterinário gratuito. Um ponto na causa animal. Dos 128 projetos de lei que estão tramitando na casa sobre direitos dos animais, 78 são do PSD. Meus, 72. É do PSD o prefeito de Tietê, que foi o primeiro município que fez festa de peão sem rodeio. Fez com touro mecânico e o resultado foi o mesmo porque o pessoal foi para ver Zezé de Camargo e Luciano e não para ver o bozinho pulando. Então, acho que o PSD está na frente dos outros partidos.

**SÉRGIO RONDINO:** Rodolfo Aliaga, representante do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal.



**RODOLFO ALIAGA:** A presença de cada um é sinal de que existe vontade pelo menos da nossa parte. Porque nos políticos que estão no governo não existe vontade para resolver os problemas dos animais. Porque no dia em que tiverem vontade política, resolvem. O exemplo lindo: Kassab. Esse projeto dos hospitais estava há mais de 10 anos na Câmara de Vereadores de São Paulo. Até que um prefeito teve vontade política de colocar em prática. Ele teve coragem.

As ongs e os protetores independentes são os que estão fazendo a função do estado, a função dos governos. E eles recebem dinheiro para fazer isso. E não fazem. Os legisladores, por sua vez, também estão meio acomodados. Não estão indo de frente para exigir. Porque se nós fossemos exigir o cumprimento das leis... A primeira lei em São Paulo, de 1895, diz que nenhum animal deve andar solto na rua, que todos os cães devem sair com coleira e ser identificados com número. Naquela época não existiam chips. Como identificavam: a fogo. E o dono de animal que soltava o animal na rua era multado. Se essa lei fosse cumprida, não haveria ongs, não haveria abandono, não teria sofrimento.

O nosso problema é cumprir as leis. Há uma lei de

Getúlio Vargas que diz: "Todos os animais do território brasileiro são tutela do estado". Se é tutela do estado, por que eu tenho que recolher o animal? Só por que eu tenho dor? Os outros não têm dor? Não sentem pena de ver uma vida definhando? Só eu, como protetor, tenho que recolher? E ainda me penalizam, me multam, me perseguem. Não é justo. Então, nós temos que fazer com que se cumpram as leis.

Acabamos de ver um documentário sobre os centros de controle de zoonoses. Há uma norma que saiu no ano passado, que define qual é a função dos centros. Estão isentando os centros de zoonoses das responsabilidades sociais que nós achamos que eles têm. Tecnicamente eles não têm porque fazer um abrigo de animais. Eles não são obrigados a praticar o bem-estar animal. Eles são obrigados, por lei, a fazer a medicina zootécnica. Mas não estamos cumprindo as nossas leis. E não é só no Brasil. Não só em São Paulo. É no mundo todo. Por isso, em 1978 foi feita a Declaração Universal dos Direitos Animais. Porque o mundo inteiro viu que continuava cometendo crimes contra os animais. Hoje em dia nós, como ativistas da biodiversidade, da sustentabilidade universal de todas as formas de vida, somos a favor de que devemos unir forças para que se cumpram as leis. Se cumprirmos uma, a segunda vai ser mais fácil, e assim vamos continuar avançando.

Estamos em período pré-eleitoral. Vão começar a aparecer os candidatos com um cachorrinho, um gatinho, um papagainho... "Olha, antes de nascer já tinha meu bichinho". Nós temos que tomar muito cuidado com esse tipo de propaganda. Foi muito bem lembrado pelo senhor que o Kassab teve coragem de fazer um ato político. Era o que faltava, vontade política para fazer. Porque dinheiro tinha, está aí. Não foi tirado do SUS. Não foi tirado de uma criancinha. De algum outro lugar veio. Mas

como vamos resolver isso? Eu queria que o senhor nos orientasse sobre como devemos proceder para tentar enquadrar juridicamente essas propostas. Não está ajudando a mim como ser humano, mas aos animais, que precisam mais dos senhores do que de nós. Porque nós estamos cumprindo a nossa tarefa. Porque não fazer que todos os municípios tenham atendimento veterinário 24 horas para o pessoal carente? Aí o senhor vai dizer, mas não pode fazer a discriminação. Tudo que é dinheiro do estado tem que servir para todo mundo. Mas que se faça a lei.

**RICARDO IZAR:** O Rodolfo falou do atendimento veterinário gratuito. Um projeto que está tramitando agora na Comissão do Meio Ambiente instituiu o atendimento veterinário gratuito para a população de baixa renda. Dizem que é inconstitucional, mas vamos ver o que acontece, se passa. O senhor perguntou o que a gente pode fazer. O que a gente pode fazer é isso: participar. Quem não participa não tem o direito de reclamar. Todo mundo aqui sabe em quem votou. Lembrar em quem votou, cobrar, acompanhar o trabalho, ver que projeto está apresentando, que projeto está relatando, qual a atuação parlamentar, qual a atuação do prefeito em que votou. E cobrar. Cobrar, participar e se possível ser candidato. Se não quiser ser candidato, que apoie um candidato que participe, porque a política é o único instrumento que a gente tem para fazer as transformações necessárias para mudar o que achamos que está errado. Participar com um e-mail, na rede social, de várias formas. Acho que isso é importante.

**SÉRGIO RONDINO:** Essa é uma fundação para estudos e formação política. Eu acho que hoje aqui ela cumpriu mais uma vez o seu papel, com a colaboração brilhante de todos vocês.



<p><b>Presidente</b> - Guilherme Afif</p> <p><b>1º Vice-presidente</b> - Vilmar Rocha</p> <p><b>2º Vice-presidente</b> <b>Diretor de Relações Internacionais</b> - Alfredo Cotait</p> <p><b>Secretária</b> - Alda Marco Antonio</p> <p><b>Diretor Superintendente</b> - João Francisco Aprá</p>	<p><b>Conselho Superior de Orientação</b> <b>Presidente</b> - Gilberto Kassab Guilherme Afif Henrique Meirelles Omar Aziz Raimundo Colombo Otto Alencar Claudio Lembo Ricardo Patah Vilmar Rocha Guilherme Campos Eduardo Sciarra</p>
<p><b>Coordenadores dos Conselhos Temáticos</b> <b>Política Econômica</b> - Henrique Meirelles <b>Emprego e Trabalho</b> - Ricardo Patah <b>Gestão Pública e Transparência</b> - Rubens Chammas <b>Pacto Federativo e Tributação</b> - Samuel Hanan <b>Previdência</b> - Reinhold Stephanes <b>Educação</b> - Alexandre Schneider <b>Saúde</b> - Eleuses Paiva <b>Infraestrutura, Transportes e Energia</b> - Eduardo Sciarra <b>Desenvolvimento Urbano</b> - Paulo Simão <b>Desenvolvimento Rural</b> - Cesário Ramalho <b>Meio Ambiente e Sustentabilidade</b> - Marcelo Cardinale Branco <b>Cultura</b> - Danilo Miranda <b>Esportes</b> - Antonio Moreno Neto <b>Turismo</b> - Marcelo Rehder <b>Indústria, Tecnologia e Inovação</b> - Ozires Silva <b>Inteligência e Mídias Digitais</b> - Aleksandar Mandic <b>Justiça</b> - Arnaldo Malheiros Filho <b>Segurança Pública</b> - Túlio Kahn <b>Desenvolvimento e Inclusão Social</b> - Alda Marco Antonio <b>Participação e Cidadania</b> - Ivani Boscolo <b>Política Externa e Comércio Exterior</b> - Embaixador José Botafogo Gonçalves <b>Defesa Nacional</b> - Gen. Antônio Luiz da Costa Burgos</p>	<p><b>Conselho Consultivo</b> <b>Acre</b> - Sérgio Petecão <b>Alagoas</b> - Jorge Silvio Luengo Galvão <b>Amapá</b> - Eider Pena <b>Amazonas</b> - Omar Aziz <b>Bahia</b> - Otto Alencar <b>Ceará</b> - Patrícia Pequeno G.C. Aguiar <b>Distrito Federal</b> - Rogério Rosso <b>Espírito Santo</b> - José Carlos Fonseca Junior <b>Goiás</b> - Vilmar Rocha <b>Maranhão</b> - Claudio Trinchão <b>Mato Grosso</b> - Carlos Fávaro <b>Mato Grosso do Sul</b> - Antônio Cesar Lacerda Alves <b>Minas Gerais</b> - Diego Andrade <b>Pará</b> - Helenilson Pontes <b>Paraíba</b> - Rômulo Gouveia <b>Paraná</b> - Eduardo Sciarra <b>Pernambuco</b> - André de Paula <b>Piauí</b> - Júlio Cesar <b>Rio de Janeiro</b> - Índio da Costa <b>Rio Grande do Norte</b> - Robinson Faria <b>Rio Grande do Sul</b> - José Paulo Dornelles Cairoli <b>Rondônia</b> - Moreira Mendes <b>Roraima</b> - Rodrigo Jucá <b>Santa Catarina</b> - Antônio Ceron <b>São Paulo</b> - Alfredo Cotait Neto <b>Sergipe</b> - Jeferson Andrade <b>Tocantins</b> - Irajá Abreu</p>

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2015 - Nº 11

ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: [www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br)

PSD - Site Nacional: [www.psd.org.br](http://www.psd.org.br)

Coordenação - Scriptum Comunicação

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas

Twitter Nacional: @psd\_55

Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD)

Facebook Nacional: [psd.br](https://www.facebook.com/psd.br)

# ENCONTROS DEMOCRÁTICOS



[www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br)